

RELATÓRIO DE CONTAS Ano de 2024

ANEXO

2024

identificação da entidade			
Designação	SANTA CASA MISERICORDIA DE PEREIRA		
Morada	Rua da Misericórdia		
Código postal	3140-312		
Localidade	Pereira		

DADOS DA ENTIDADE			
Número de identificação fiscal (NIF)	501290311		
Classificação de atividade económica (CAE)	87301		
Conservatória	MONTEMOR O VELHO		
Capital social	332449		

O Órgão Diretivo

O Contabilista Certificado



ÍNDICE DO ANEXO

1)	Nota 1 - Identificação da entidade	3
2)	Nota 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	
3)	Nota 3 - Principais políticas contabilísticas	4
4)	Nota 4 - Ativos fixos tangíveis	7
5)	Nota 5 - Ativos intangíveis	8
6)	Nota 6 - Custos de empréstimos obtido	9
7)	Nota 7 - Inventário e ativos biológicos	10
8)	Nota 8 - Rendimentos e gastos	11
9)	Nota 9 - Provisões.	14
10)	Nota 10 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas	14
11)	Nota 11 - Instrumentos financeiros	14
12)	Nota 12 - Beneficios de empregados	14
13)	Nota 13 - Acontecimentos após a data do balanço	
14)	Nota 14 - Agricultura	
15)	Nota 15 - Informações exigidas por diplomas legais	15
16)	Nota 16 - Outras divulgações	15

SANTA CASA MISERICORDIA DE PEREIRA

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

(Valores expressos em euros)

1) Nota 1 - Identificação da entidade

A Entidade SANTA CASA MISERICORDIA DE PEREIRA, tem a sua sede em Pereira, com o número de identificação fiscal (NIF) 501290311, com o CAE n.º 87301. A Entidade tem como atividade principal a ACTIVIDADES DE APOIO SOCIAL P/PESSOAS IDOSAS, C/AL.

2) Nota 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2024 as demonstrações financeiras da foram preparadas de acordo com a Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, que integra o regime da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL), que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, adaptado pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC).

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Entidade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos".

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano, a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

O Órgão Diretivo

O Contabilista Certificado



g) Eventos Subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do ESNL

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo ESNL.

3) Nota 3 - Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade, aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras, são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de SANTA CASA MISERICORDIA DE PEREIRA são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos ou perdas operacionaís", para todos os outros saldos/transações.

3.2. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Refira-se que estes bens não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços nem para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento são registadas, inicialmente, pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis, e subsequentemente pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por entidade especializada independente. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do período, na rubrica "Variação de valor das propriedades de investimento".

Os ativos promovidos e construídos qualificados como propriedades de investimento, só passam a ser reconhecidos como tal, após o início da sua utilização. Até terminar o período de construção ou promoção do ativo a qualificar como propriedade de investimento, esse ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento". No final do período de promoção e construção desse ativo, a diferença entre o custo de construção e o justo valor nessa data é registada diretamente na demonstração dos resultados na rubrica "Variação de valor das propriedades de investimento".

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos

O Órgão Diretivo
O Contab



resultados do período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizados na rubrica propriedades de investimento.

3.3. Investimentos financeiros

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em entidades associadas ou participadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando, a proporção da Entidade, nos prejuízos acumulados da entidade associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o fundo de capital da entidade associada não for positivo, exceto quando a Entidade tenha assumido compromissos para com a entidade associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados, em transações com entidades associadas, são eliminados proporcionalmente ao interesse da Entidade nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

3.4. Imposto sobre o rendimento

Entidade encontra-se sujeita, mas isenta do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). No entanto, está em casos restritos sujeita à tributação autónoma às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

3.5. Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', por forma, a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.6. Ativos financeiros detidos para negociação

Os ativos financeiros detidos para negociação são reconhecidos na data em que são substancialmente transferidos, os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, incluindo despesas de transação.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor são registados no fundo patrimonial, na rubrica "Reserva de justo valor" até o ativo ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que se entende existir perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

3.7. Ativos não correntes detidos para venda

Os investimentos disponíveis para venda consideram-se aqueles que não são enquadráveis nem como "investimentos mensurados ao justo valor" através de resultados nem como "investimentos detidos até à maturidade". Estes ativos

O Órgão Diretivo

O Contabilista Certificado



são classificados como "ativos não correntes", exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses a contar da data de balanço.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contractos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu justo valor, que é considerado como sendo o valor pago incluindo despesas de transação, no caso de investimentos disponíveis para venda.

Após o reconhecimento inicial, os "investimentos mensurados ao justo valor através de resultados" e os "investimentos disponíveis para venda" são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço (medido pela cotação ou valor de avaliação independente), sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos "investimentos disponíveis para venda" são registados no fundo patrimonial, na rubrica "Reserva de justo valor" até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

3.8. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta líquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

3.9. Fundo social

As ações ordinárias são classificadas em fundo patrimonial.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

3.10. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.11. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

O Órgão Diretivo



3.12. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 2.2. e 2.3. acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.13. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

3.14. Reconhecimento do rédito em contratos de construção

A Entidade reconhece os resultados das obras de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada contrato até à data de balanço e a soma destes custos com os custos estimados para completar a obra. A avaliação do grau de acabamento de cada contrato é revista periodicamente tendo em consideração os indicadores mais recentes de produção.

4) Nota 4 - Ativos fixos tangíveis

O Órgão Diretivo

O Contabilista Certificado

Os ativos fixos tangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil, estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e estão de acordo com a legislação em vigor.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso, representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias, resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", conspante se trate de mais ou menos valias.

A seguinte tabela evidencia a movimentação nos ativos fixos tangíveis de 2024.

	1/jan/24	Periodo	Transf.	Revaloriz.	31/dez/24
Ativo bruto					
Terrenos e recursos naturais	43 286	-	-	-	43 286
Edifícios e outras construções	3 042 138	255 421	-	-	3 042 138
Equipamento básico	254 441	980	-	, a	255 421
Equipamento de transporte	198 605	7 994		***	206 599
Equipamento administrativo	24 110	-	20	-	24 110
Equipamento biológico		-	-	-	~
Outros ativos fixos tangíveis	24 530			44	24 530
Investimentos em curso	68 653	21 341	-	-	89 993
Total do ativo bruto	3 655 763	285 736	-	-	3 686 077
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	-		۵	-	
Edifícios e outras construções	(796 444)	(84 340)	-	-	(880 784
Equipamento básico	(182 225)	(12 328)	-		(194 553
Equipamento de transporte	(174 569)	(10 662)	***		(185 230
Equipamento administrativo	(20 808)	(664)	-		(21 472
Equipamento biológico	-	-	**		
Outros ativos fixos tangíveis	(12 609)	(1 534)		-	(14 143
otal de depreciações acumuladas	(1 186 655)	(109 528)	-	444	(1 296 183
Total do ativo líquido	2 469 108	176 208	_	-	2 389 895

5) Nota 5 - Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

O Órgão Diretivo

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Entidade. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, com exceção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de marcas e patentes, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

A seguinte tabela evidencia a movimentação nos ativos intangíveis de 2024.

ATIVOS FIXOS TANGIVEIS	Saldo em	Movimento	Abates		Saldo em
	1/jan/24	Periodo	Transf.	Revaloriz.	31/dez/24
Ativo bruto					
Bens do domínio público	-	-	-	-	-
Goodwill	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-
Programas de computador	15 300	-	-	н	15 300
Propriedade industrial	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	4-
Total do ativo bruto	15 300	-	**		15 300
Depreciações acumuladas					
Goodwill	-	-	-		
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	~	-
Programas de computador	(12 810)	(874)	-	-	(13 683)
Propriedade industrial	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	- 1	-	-	-	*
Total de depreciações acumuladas	(12 810)	(874)	-		(13 683)

6) Nota 6 - Custos de empréstimos obtido

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos.

Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda.

O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

O Órgão Diretivo



A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda.

A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas.

Outras despesas diretamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens, como os custos com matérias consumidas e custos com pessoal são igualmente incorporadas no custo dos ativos.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o saldo da rubrica "financiamentos obtidos" está discriminado como se segue:

	31/de:	z/24	31/dez/23	
FINANCIAMENTOS OBTIDOS	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários	922 233	367 571	1 101 181	233 484
Descobertos bancários		-		-
Contas caucionadas		-		-
Contas bancárias de factoring		-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas		-		-
Descobertos bancários contratados	-	-	-	-
Locações financeiras	-		-	1 574
Outros empréstimos	-	-	-	~
TOTAL	922 233	367 571	1 101 181	235 058

7) Nota 7 - Inventário e ativos biológicos

Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio habitual, ou em alternativamente o método do custo específico. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados ao justo valor, deduzido dos custos estimados de venda do produto no momento da colheita.

Na determinação do justo valor foi utilizado o método do valor presente de fluxos de caixa descontados, os quais foram apurados através de um modelo desenvolvido internamente, no qual foram considerados pressupostos correspondentes à natureza dos ativos em avaliação, nomeadamente, a produtividade, o preço de venda do produto deduzido dos custos da plantação e manutenção e da colheita e transporte e a taxa de desconto.

A taxa de desconto utilizada corresponde a uma taxa de mercado, determinada tendo em consideração a rentabilidade que a Entidade espera obter.

O Órgão Diretivo

O Contabilista Certificado



As alterações ao justo valor resultantes de alterações de estimativas de crescimento, período das campanhas, preço, custo e outras premissas são reconhecidas como proveitos ou gastos operacionais.

No momento da campanha, o produto é valorizado ao justo valor menos os custos estimados no ponto de venda.

O consumo de mercadorias vendidas e das matérias consumidas, assim como, a discriminação do inventário apresentado pela gerência a 31 de dezembro de 2024 e 2023, é descrito na seguinte tabela:

INVENTÁRIOS E ATIVOS BIOLÓGICOS	31/dez/24	31/dez/23
Inventário inicial	12 503	7 074
Compras de inventários e act. biológicos consumíveis	52 602	49 703
Reclassificação e regularização de inventários e act. biológicos consumíveis	-	-
CMVMC - Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(52 909)	(44 274)
Inventário final	12 196	12 503

8) Nota 8 - Rendimentos e gastos

Vendas e serviços prestados

A decomposição de 2024 e 2023 nesta rubrica é apresentada na tabela seguinte:

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	31/dez/24	31/dez/23
Vendas de Mercadorias		on
Prestação de Serviços	882 452	338 400
TOTAL	882 452	338 400

Outros rendimentos

Os outros rendimentos discriminam-se como:

OUTROS RENDIMENTOS	31/dez/24	31/dez/23
Quotas de Associados	856	955
Rendimentos de Equivalencia Patrimonial		*
Outros Rendimentos	42 920	32 434
TOTAL	43 776	33 388

Resultados financeiros

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos "resultados financeiros" dos períodos de 2024 e 2023:

RESULTADOS FINANCEIROS	31/dez/24	31/dez/23
Juros e rendimentos similares obtidos	81	4
Juros obtidos	81	4
Dividendos obtidos		-
Outros rendimentos similares	-	-
Juros e gastos similares suportados	70 814	(In
Juros suportados	70 814	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis		-
Outros gastos e perdas de financiamento		-
Resultados financeiros	(70 733)	4

O Órgão Diretivo

O Contabilist Certificado

Fornecimentos e serviços externos:

A seguinte tabela evidencia a repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos a 31 de dezembro de 2024 e 2023:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	31/dez/24	31/dez/23
Subcontratos	237 452	224 341
Serviços especializados	77 221	88 667
Trabalhos especializados	36 813	40 855
Publicidade e propaganda	1 242	279
Vigilância e Segurança	3 916	7 051
Honorários		-
Comissões		-
Conservação e reparação	18 870	26 475
Outros	16 379	14 006
Materiais	3 093	7 761
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	612	3 584
Livros e documentação técnica	52	40
Material de escritório	1 969	3 084
Artigos para oferta	402	308
Outros	58	745
Energia e fluidos	62 742	53 835
Eletricidade	38 273	28 906
Combustíveis	11 468	10 615
Água	9 266	8 631
Outros	3 734	5 683
Deslocações, estadas e transportes	85	179
Deslocações e estadas	85	179
Transportes de pessoal		-
Transportes de mercadorias		-
Outros		-
Serviços diversos	44 426	38 151
Rendas e alugueres	3 623	4 822
Comunicação	1 565	1 853
Seguros	6 315	5 846
Royalties		**
Contencioso e notariado	195	15
Despesas de representação	7	77
Limpeza, higiene e conforto	32 344	25 377
Outros serviços	377	161
TOTAL	425 018	412 933

O Órgão Diretivo



Gasto com o pessoal

O quadro seguinte apresenta a repartição dos gastos com pessoal nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2024 e 2023.

GASTOS COM O PESSOAL	31/dez/24	31/dez/23
Remunerações dos orgãos sociais	-	
Remunerações do pessoal	634 959	588 020
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	779	
Encargos sobre remunerações	140 572	132 482
Seguro de acidentes no trabalho e doenças profissionais	7 537	6 381
Gastos de acção social	-	Ç08
Outros gastos com o pessoal	39 723	32 269
TOTAL	823 570	759 151

Provisões

A Entidade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante os exercícios findos em 31de dezembro de 2024 e 2023 está evidenciado na seguinte tabela:

PROVISÕES	31/dez/24	31/dez/23
Saldo a 1 de janeiro	^	-
Aumento de provisões	-	-
Reversão de provisões	-	
Utilização de provisões		-
Saldo a 31 de dezembro	Fig.	**

Outros gastos e perdas

A tabela seguinte mostra de uma forma discriminada a rúbrica "outros gastos e perdas" considerados nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2024 e 2023:

OUTROS GASTOS E PERDAS	31/dez/24	31/dez/23
Impostos	949	899
Descontos de pronto pagamento concedidos	5	0
Dívidas incobráveis	+	
Perdas em inventários		-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros	4	u u
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	AF .	-
Correções relativas a períodos anteriores	32 081	3 472
Donativos	-	
Quotizações	2 860	2 610
Ofertas e amostras de inventários	-	že.
Insuficiência da estimativa para impostos	-	-
Outros gastos e perdas não especificados	1 378	533
TOTAL	37 273	7 515

O Órgão Diretivo

Contabilista Certificado

9) Nota 9 - Provisões

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante os exercícios findos em 31de dezembro de 2024 e 2023 está evidenciado na seguinte tabela:

PROVISÕES	31/dez/24	31/dez/23
Saldo a 1 de janeiro		-
Aumento de provisões	-	-
Reversão de provisões	-	-
Utilização de provisões		-
Saldo a 31 de dezembro		

10) Nota 10 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica "Rendimentos a reconhecer" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

A decomposição de 2024 nesta rubrica é apresentada na tabela seguinte:

SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	31/dez/24	31/dez/23
Subsídios das entidades públicas	11 259	483 693
Subsídios de outras entidades	532 096	476 899
Doações e heranças	4 256	3 773
Legados	-	
TOTAL	547 611	964 365

11) Nota 11 - Instrumentos financeiros

A entidade não teve operações relacionadas com instrumentos financeiros.

12) Nota 12 - Benefícios de empregados

A entidade não teve operações relacionadas com benefícios de empregados.

13) Nota 13 - Acontecimentos após a data do balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

O Órgão Diretivo

O Contabilista Certificado

14) Nota 14 - Agricultura

A entidade não teve operações relacionadas com agricultura.

15) Nota 15 - Informações exigidas por diplomas legais

A Direção informa que a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, e que situação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

16) Nota 16 - Outras divulgações

Fluxos de caixa

A tabela seguinte apresenta a desagregação dos valores inscritos nas rubricas de meios financeiros líquidos:

MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	31/dez/24	31/dez/23
Caixa	200	200
Depósitos à ordem	9 084	7 465
Outros depósitos bancários	44	13 500
Outros instrumentos financeiros	-	-
TOTAL	9 284	21 165

Clientes

O saldo correspondente à rubrica de Clientes no final do exercício 2024 e 2023 apresenta a seguinte decomposição:

CLIENTES	31/dez/24	31/dez/23
Clientes c/c	70 685	59 470
Clientes - Títulos a receber	-	-
Clientes factoring e outros	-	-
Clientes cobrança duvidosa	11 613	12 533
Clientes perda por imparidade acumuladas	(11 318)	(10 702)
TOTAL	70 981	61 300
Adiantamentos de Clientes	408	-

O Órgão Diretivo

O Contabilista Certificado



Fornecedores

O saldo correspondente à rubrica de Fornecedores no final do exercício 2024 e 2023 apresenta a seguinte decomposição:

FORNECEDORES	31/dez/24	31/dez/23
Fornecedores conta corrente	140 162	132 910
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores confirming e outros	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Fornecedores perdas por imparidade acumuladas	- 1	-
TOTAL	140 162	132 910
Adiantamentos a fornecedores	408	-

Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	31/dez/24	31/dez/23
Ativo	-	375
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	The state of the s	375
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	~
Segurança social		-
Outros impostos e taxas	-	-
Passivo	(26 711)	(28 006)
Împosto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	(33)	(177)
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	(3 564)	(4 674)
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	(28)
Segurança social	(22 784)	(22 797)
Outros impostos e taxas	(330)	(330)
TOTAL	(26 711)	(27 631)

O Órgão Diretivo

Associados e Membros

A decomposição de 2024 nesta rubrica é apresentada na tabela seguinte:

ASSOCIADOS/MEMBROS	31/dez/24	31/dez/23
Fundadores		-
Doadores	-	20
Patrocinadores		-
Assoaciados/Membros-Saldos Devedores	1 111	1 007
Assoaciados/Membros-Saldos Duvidosos	-	
Perdas por imparidade acumuladas	0	0
Assoaciados/Membros-Saldos Credores	0	0
Lucros disponíveis		199
Empréstimos concedidos - Fund./Associados/Membros	-	-
Outras operações		AN
Total:	1 111	1 027

Resultados transitados

Por decisão da assembleia geral foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício fosse integralmente transferido para a rubrica resultados transitados.

Entidades relacionadas

A entidade não participa em qualquer entidade.

O Órgão Diretivo

O Contabilista Cerlificado

Contribuinte: 501290311

Rubricas		Períodos	5
Rubiicas	NOTAS	2024	2023
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangiveis	10	2.389.894,67	2.469.107,
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis	10	1.617,04	2,490,7
nvestimentos financeiros		5.099,71	5.099,
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Fotal do ativo não corrente Ativo corrente		2.396.611,42	2.476.698,1
nventários	9	12.196,04	12.503,3
Créditos a receber	5	165.868,85	175,454,9
Adiantamentos a fornecedores		56,85	
stado e outros entes públicos			375,0
undadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11	1.111,00	1.027,0
Outros ativos correntes			
Diferimentos		4.362,99	5.389,7
Dutros ativos financeiros			
Taixa e depósitos bancários	4	9.284,16	21.165,2
otal do ativo corrente		192.879,89	215.914,7
otal do ativo		2.589.491,31	2.692.612,8
Fundos patrimoniais e passivo			
undos patrimoniais	1		
undos		332.448,79	332,448,7
xcedentes técnicos		332.440,73	332,440,1
eservas			
Outras reservas		117,009,43	117.009,4
esultados transitados	12	-214.150,55	-155.623,2
xcedentes de revalorização	12	214.130,33	5,620.661-
justamentos/Outras Variações nos Fundos Patrimoniais		794.134,40	833.531,1
esultado líquido do período		-46.714,20	-58.527,3
otal do fundo de capital	_	982.727,87	1.068.838,8
assivo			
assivo não corrente			
rovisões			
rovisões específicas			
inanciamentos obtidos	7	922.233,49	1.101.181,4
utras contas a pagar		21.145,12	21.145,1
otal do passivo não corrente		943.378,61	1.122.326,5
assivo corrente			
ornecedores	6	140.162,40	132.910,2
diantamentos de clientes		408,49	
stado e outros entes públicos	8	26.711,42	28.005,7
undadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11		
nanciamentos obtidos	7	367.571,25	235.058,4
iferimentos		9.372,01	
utros passivos correntes		119.159,26	105.472,9
utros passivos financeiros			
otal do passivo corrente		663.384,83	501.447,44
otal do passivo	-	1.606.763,44	

Contabilista Certificado n.º 66856

SANTA CASA MISERICORDIA DE PEREIRA

ESNL - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ANUAL POR NATUREZAS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Periodos	
REMDINIEN 100 E GAGTOS	NOTAS	2024	2023
Vendas e serviços prestados		882 452,24	338 400,02
Subsídios, doações e legados à exploração			
ISS, IP		11 259,00	483 692,63
Outras Entidades Públicas		536 352,48	480 672,35
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabahos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas		-52 909,14	-44 274,04
Fornecimentos e serviços externos		-425 018,09	-412 933,48
Gastos com o pessoal		-823 569,93	-759 151,21
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dividas a receber (perdas/reversões)		-615,48	-347,45
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões especificas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		43 776,06	33 388,46
Outros gastos e perdas		-37 273,39	-7 514,71
Resultado antes de depreciações, gastos de fin. e impostos		134 453,75	111 932,57
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-110 401,46	-108 715,85
Resultado operacional (antes de gastos de fin. e impostos)		24 052,29	3 216,72
Juros e rendimentos similares obtidos		80,79	4,33
Juros e gastos similares suportados		-70 814,25	-61 571,88
Resultado antes de impostos		-46 681,17	-58 350,83
Imposto sobre o redimento do período		-33,03	-176,51
Resultado líquido do período		-46 714,20	-58 527,34

)rgão de Diretivo

Rui zuse feld de the de Stidt 12 alle by TOC 10 66856 And Mynl Cat Make

			*
All			
¥15			

Elaborado por Contabilidade

Vendas e serviços prestados Subsídios, doações e legados à exploração	250					Mareria		
Subsídios, doações e legados à exploração	243 817,40	145 242,01	45 091,02	446 164,20	851,40	00'0	1 286,21	882 452,24
								00'0
ISS, IP - Centros distritais	00'0	00'0	00'0	0,00	11 259,00	00'0	00'0	11 259,00
Outros	3 065,51	5 146,07	951,70	526 676,47	00'0	485,57	27,15	536 352,48
Variação nos inventários da produção								00'0
Trabalhos para propria entidade								00'0
Custo das mercadonas vendidas e das matérias consumidas	-1 292,19	-1 724,16	-134,01	-49 758,78	00'0	00'0	00'0	-52 909,14
Ferme, cimentos e serviços externos	-73 441,79	-44 696,87	-13 696,61	-289 396,93	-3 349,28	-53,98	-382,62	-425 018,09
Gastes com o pessoal	-136 839,59	-129 111,92	-43 399,05	-510 477,84	-2 782,38	-105,79	-853,35	-823 569,93
Ajustamentos de inventarios (perdas/reversões)								00'0
Imparidade de dividas a receber (perdas/reversibes)	00'0	00'0	00'0	-615,48	00'0	00'0	00'0	-615,48
Provisões (aumentos/reduções)								00'0
Provisões específicas (aumentos/reduções)								00'0
Outras imparidades (perdas/reversibes)								00'0
Aumentos/reduções de justo valor								00'0
Outros rendimentos e ganhos	3 281,69	3 410,11	1 453,36	30 708,26	355,40	15,33	4 551,90	43 776,06
Outros gastos e perdas	-2 711,41	-3 922,15	-1 200,80	-25 371,85	-293,64	-12,66	-3 760,88	-37 273,39
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	35 879,63	-25 656,91	-10 934,39	127 928,05	6 040,50	328,46	868,41	134 453,75
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-9 336,46	-6 208,37	-1.419,23	-93 287,65	-130,38	-5,23	-14,14	-110 401,46
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	26 543,17	-31 865,28	-12 353,62	34 640,40	5 910,11	323,24	854,27	24 052,29
Juros e rendimentos similares obtidos	15,17	15,07	2,07	48,48	00'0	00'0	00'0	80,79
Juros e gastos similares suportados	-6 182,28	-6 013,50	-227,51	-58 390,96	00'0	00'0	00'0	-70 814,25
Resultado antes de impostos	20 376,06	-37 863,71	-12 579,06	-23 702,08	5 910,11	323,24	854,27	-46 681,17
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	00'0	00'0	00'0	00'0	00'0	-33,03	-33,03
Resultado liquido do período	20 376,06	-37 863,71	-12 579,06	-23 702,08	11,016 3	323,24	821,24	-46 714,20

Entidade: Santa Casa da Misericórdia da Vila de Pereira Ano: 2024